

Estudo Técnico Preliminar 136/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.031069/2024-60

2. Descrição da necessidade

2.1. Este estudo técnico preliminar é destinado a contratação de empresa especializada para execução da **Cobertura metálica de interligação entre os Blocos do Campus Chapecó**, do Estado do Santa Catarina, da Universidade Federal da Fronteira Sul; com aproximadamente 2.500,00 m² de área coberta a ser executada.

Origem da Demanda:

2.2. Esta obra objetiva proporcionar à comunidade acadêmica do Campus Chapecó áreas cobertas que interliguem as edificações, principalmente em dias com intempéries.

2.3. Obra é extremamente importante para a circulação entre as estruturas institucionais, visto que, hoje, não há qualquer proteção, deixando toda a comunidade universitária exposta às intempéries climáticas quando da circulação entre os prédios. Destacamos, a distância existente entre os blocos de salas de aula e o restaurante universitário (única opção para realizar refeições na UFFS) que são, aproximadamente, 500 metros, espaço percorrido diariamente pela grande maioria de nossos alunos, hoje mais de 2.600 matrículas ativas, além de mais de 600 servidores que atuam no campus, além participantes externos em eventos.

Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda:

2.4. A não execução desta demanda não promove(rá) prejuízos em questões estruturais, mas sim um grande descontentamento da comunidade acadêmica que precisa se deslocar entre uma edificação e outra sem proteção contra as intempéries. As distâncias a percorrer em dias de chuvas, principalmente para ir até o restaurante universitário é bastante longo.

2.5 Os alunos possuem as refeições subsidiadas com valores custeados pela instituição (que varia de isenção total, parcial e/ou integral, a depender de sua categoria), tendo como única opção de alimentação. Então, em dias chuvosos, muitos alunos deixariam de fazer suas refeições, promovendo descontentamentos e possíveis evasão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS - SEO	DAIANE REGINA VALENTINI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto da presente licitação poderá ser classificada como OBRA, considerando o artigo 6º, inciso XII da Lei n. 14.133, de 2021 as definições de obra são:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

4.1.1. No Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União trás uma distinção entre obra e serviço de engenharia:

Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente. (...)

Serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

4.2. **O prazo de vigência inicial do contrato** poderá ser de 365 (trezentos e cinquenta e cinco) dias corridos contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº14.133, de 2021, para que os prazos de execução e recebimentos estejam inclusos no período da vigência.

4.2.1. **O prazo de execução** para O objeto será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº14.133, de 2021.

Conforme anota ALTOUNIAN, “o **prazo de vigência do contrato** situa-se no intervalo de tempo em que ele está apto a produzir efeitos, ou seja, da publicação do extrato no Diário Oficial até o recebimento definitivo e solução de todas as pendências. O **prazo de execução** compreende o período em que o contratado se compromete a executar o objeto” (grifamos). ALTOUNIAN, Cláudio Sarian. Obras Públicas. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 207

4.2.2 A execução será iniciada com a Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Especial de Obras - SEO.

4.2.3.. O Contrato será melhor detalhado as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.2.4. A prestação dos serviços deverá ser em etapa única e constituirá pela execução de serviços de instalação da plataforma.

4.3. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Garantias da execução e dos serviços:

4.4. Será exigida a correspondente a **garantia da execução** nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades previstas, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato (art. 98).

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

4.4.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades caução e fiança bancária.

4.4.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A **Garantia do produto/serviço** é de 5 anos de acordo com o art. 618 do Código Civil – Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

4.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Exigências de habilitação

4.6. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

Qualificação técnica da Contratada (Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.7. Registro da empresa no conselho profissional: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou CAU.

- A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66)
- A obrigatoriedade de registro no CAU é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 12.378/10)

4.8. A **qualificação técnico operacional**: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço objeto da contratação; devidamente registrado(s) no CREA acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico– CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que os responsáveis técnicos da licitante tenham executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

4.8.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.9. A **qualificação técnico profissional**: O licitante deverá possuir em seu quadro, por vínculo empregatício ou por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes à exigida na capacidade técnico operacional.

4.9.1. Por se tratar de execução de serviço de engenharia, faz-se necessária a comprovação de qualificação técnica dos profissionais pertencentes ao quadro da empresa. Tal exigência encontra justificativa na importância e na complexidade do objeto, sendo fundamental que a Empresa seja reconhecidamente capaz de executar a obra com os requisitos necessários de qualidade, funcionalidade, durabilidade e segurança.

4.9.2. A exigência de qualificação técnica visa ainda garantir que não se formalize contrato com quem não possa demonstrar, mediante sólida documentação, qualificação para o atendimento ao Objeto que se anunciou.

4.9.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.10. **Qualificação econômico-financeira**: As empresas deverão comprovar a Capacidade Financeira conforme estabelecido na lei de licitação, assim como atingir o índice mínimo da capacidade de contratação.

4.10.1. De acordo com o Art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, habilitação econômico financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

4.10.1. O art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

4.10.2. Quando essas empresas apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma do Art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, como exigência para sua habilitação.

Vistoria

4.11. Considerando a características da contratação é *facultado* aos Licitantes, a realização de Vistoria para conhecimento do local onde serão prestados os serviços.

4.12. Se ocorrer vistoria o agendamento deverá ser realizado por meio dos seguintes contatos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 ou das 13:30 às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente:

- *Secretaria Especial de Obras*: no e-mail seobras@uffs.edu.br ou pelo telefone (49) 2049-3110

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Subcontratação

4.14. O objeto deste certame poderá ter subcontratações, os percentuais estarão definidos no Encarte Técnico e no Termo de Justificativa Técnica que será anexo ao Termo de Referência.

Crítérios de sustentabilidade

4.15. Estes serviços deverão estar de acordo com padrões de sustentabilidade exigidos na Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI /MPOG. Em qualquer situação deverão ser aplicadas as normas do INMETRO e as normas da ABNT, Normas de Segurança e de Prevenção Contra Incêndio, atualizadas e específicas para cada situação.

4.16. O projeto foi laborado conforme legislação vigente e normas da ABNT aplicáveis, seguindo as boas práticas e levando em consideração a economia de materiais, utilização de materiais menos poluentes etc.

4.17. A contratação deverá estar em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Normativos que disciplinam os serviços objetos desta contratação

4.18. Os serviços de instalação de equipamentos e materiais que venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes requisitos técnicos, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-los ou complementá-los:

- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 6.496/77 – Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal nº 12.378/2010 – Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –CONFEA;
- DECRETO nº 7.983 de 2013 – Regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência;
- Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG - critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens;
- Manual de Obras Públicas - Edificações Práticas da SEAP - Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio;
- Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - AGU;
- NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 13570 – Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos;
- ABNT NBR 15820 – Caixa para medidor de energia elétrica — Requisitos;
- ABNT NBR 5419-1 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;
- ABNT NBR 5419-2 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco;
- ABNT NBR 5419-3 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;

- ABNT NBR 5419-4 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura.
- ABNT NBR 6118/23 – Projeto de estruturas em concreto armado
- ABNT NBR 6122/19 – Projeto e execução de fundações

Informações complementares

4.19. Muitas informações solicitadas neste ETP estarão contempladas no Encarte Técnico - Projetos Básicos/ Executivo e no Memorial Descritivo e de Especificações, e também no Termo de Justificativas Técnicas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Dentro das soluções possíveis de mercado, consideramos que a opção mais vantajosa para a administração será a de contratar uma especializada para a realização destes serviços, já que no quadro de servidores da UFFS não dispomos de pessoal para a execução destes serviços, e também não poderá ser executados pelos contratos de mão de obra terceirizada de manutenção predial e/ou de infraestrutura.

5.2. Trata-se de um serviço de engenharia, sem grande complexidades, diversos fornecedores que possuem condições e habilidades para a realização destes serviços, tanto a nível local como nacional, podem participar da licitação.

5.2.1. Existem soluções disponíveis no mercado, por se tratar de uma contratação de serviços de engenharia, o qual tem projetos elaborados pelos engenheiros e arquitetos da Secretaria Especial de Obras - UFFS, sendo pensado na melhor alternativa possível para a administração.

5.2.2. E como os serviços oriundos desta contratação não possuem nenhuma especificidade, entende-se que o mercado apto para a participação desta licitação é amplo, pois abrange todos os fornecedores de obras/construtoras.

5.3. Da exclusividade de participação de fornecedores na condição de ME/EPP/COOP na licitação/dispensa: Em função do valor estimado da licitação a referida aquisição não prevê a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538 /2015.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é de empresas especializadas que atuam na área do objeto a ser contrato, o fornecimento habitual dos serviços demandados, além da existência de inúmeras prestadoras de serviço com potencial para participar da licitação.

6.2. Sendo os objetos: Contratação de empresa especializada para realizar a obra da “Cobertura de Interligação Entre Blocos do Campus Chapecó, no Estado de Santa Catarina, da Universidade Federal da Fronteira Sul”; com serviços de construção civil e arquitetura, escavação e reaterro manual de valas, fundações em concreto armado, projeto e execução de estruturas metálicas, drenagem pluvial, instalações elétricas e aterramento; com aproximadamente 2.500,00 m² de área coberta a ser construída.

6.3. A descrição dos serviços estão detalhados nos documentos técnicos que serão juntados no processo de licitação, como:

- Memoriais Descritivos;
- Encarte Técnico;
- Projetos;
- Planilhas Orçamentárias e Cronogramas físico-financeiro;
- Termo de Justificativa Técnica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo da demanda foi estimado considerando os serviços que serão executados, conforme será demonstrado nas planilhas de composição de preços que posteriormente juntaremos ao processo licitatório. As regras e critérios para elaboração do orçamento de referência é de acordo com o previsto no Decreto 7.983/2013.

7.2. As diretrizes para a prestação dos serviços estarão melhor detalhadas nos Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas, estas pretendem indicar as exigências mínimas necessárias para atender a necessidade da instituição.

7.3. Por se tratar de uma obra, entendemos que os projetos devam ser executados de maneira concomitante e em etapa única, para evitar despesas com administração e gerenciamento das equipes que farão a obra, como também pretende-se obter economia de tempo e escala.

7.4. A licitação será para um item de acordo com a descrição da necessidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.300.000,00

/8.1. A definição do custo unitário de referência para esta contratação será observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021. E os itens que não estarem contemplados no SINAPI (referência 09/2024) e/ou ORSE (referência 07/2024) serão adotados custos obtidos em pesquisa de mercado, estas cotações serão juntadas ao processo.

8.2. O valor estimado da demanda será inicialmente será oriundo da emenda parlamentar nº 28550017 recurso de R\$ 1.300.000,00.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento da solução, apenas a opção de licitação de planilha orçamentária por itens em separado.

9.2. As obras serão realizadas em etapa única e constituídas a partir da execução de serviços de construção civil e arquitetura, escavação e reaterro de valas, fundações em concreto armado, projeto e execução de estruturas metálicas, cobertura, drenagem pluvial, instalações elétricas e aterramento.

9.2. A justificativa com relação ao parcelamento ou não da solução estará no documento “Encarte Técnico” o qual detalhará inclusive a possibilidade de subcontratação de parte do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A necessidade institucional do presente Estudo não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida esta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações PCA 2024, cadastrada no Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 372/2024.

11.2. No PDI (2019-2023) constam os objetivos e metas dos Campi, em que cita-se a necessidade de espaços

- No PDI 2020-2023 - Objetivo 11 – Manutenção e Adequação da Infraestrutura
 - Objetivo específico 35 – Construir áreas cobertas interligando as edificações dos campi.
 - Plano de Ação SEO028 - Construção de áreas cobertas de interligação das edificações dos campi.

11.3. No PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL ANUAL (PA) E PROPOSTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UFFS - 2024 a demanda não constava, mas durante o ano de 2024 recebemos emenda parlamentar nº 28550017 no valor de R\$ 1.300.000,00 para esta finalidade

11.4. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2024
- Data de publicação no PNCP: 09/02/2024
- Id do item no PCA:

- Classe/Grupo: 542 - Serviços de Construções para Obras de Engenharia Civil
- Identificador da Futura Contratação: 376/2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A construção das coberturas de interligação entre os blocos é uma demandada solicitada por todos os Campi da UFFS, tendo em vista a possibilidade de oferecer um espaço mais adequado aos estudantes e a comunidade acadêmica em geral, principalmente para facilitar o deslocamento entre uma edificação e outra em dias de chuva.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Importante a Contratada analisar todos os documentos técnicos, bem como a planilha orçamentária, para apresentar à fiscalização possíveis inconsistências no material para que, em tempo hábil, a contratante possa apresentar as soluções, não ocorrendo paralisações ou falta de frente de obra.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após a realização dos estudos técnicos preliminares e projetos para a realização desta obra, a equipe de planejamento da contratação entende ser viável a referida contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAIANE REGINA VALENTINI

Autoridade competente

SANDRA SALETE VILBERT

Membro da comissão de contratação

WELLINGTON TISCHER

Membro da comissão de contratação

DANIEL ESPIG

Membro da comissão de contratação

FABIO CORREA GASPARETTO

Membro da comissão de contratação

RODRIGO EMMER

Membro da comissão de contratação

SILVIO ANTONIO TESTON

Membro da comissão de contratação

DIEGO GNOATTO

Membro da comissão de contratação

GIOVANI FAVERO

Membro da comissão de contratação



F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº ETP 136/2024 - SEO (10.55)
(Nº do Documento: 8)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/11/2024 11:18)

DAIANE REGINA VALENTINI

SECRETARIO

SEO (10.55)

Matrícula: ###769#2

(Assinado digitalmente em 12/11/2024 08:08)

DIEGO GNOATTO

TECNICO EM ELETROTECNICA

DPCE (10.55.03)

Matrícula: ###408#6

(Assinado digitalmente em 12/11/2024 11:10)

FABIO CORREA GASPARETTO

ENGENHEIRO-AREA

DPA (10.55.04)

Matrícula: ###152#0

(Assinado digitalmente em 12/11/2024 10:40)

GIOVANI FAVERO

TECNICO DE LABORATORIO AREA

DDI (10.55.04.02)

Matrícula: ###676#0

(Assinado digitalmente em 12/11/2024 14:28)

RODRIGO EMMER

ENGENHEIRO-AREA

DPA (10.55.04)

Matrícula: ###708#2

(Assinado digitalmente em 12/11/2024 09:52)

SANDRA SALETE VILBERT

CHEFE

DAADM (10.55.01)

Matrícula: ###676#4

(Assinado digitalmente em 12/11/2024 10:38)

SILVIO ANTONIO TESTON

ENGENHEIRO-AREA

DPCE (10.55.03)

Matrícula: ###624#5

(Assinado digitalmente em 12/11/2024 10:38)

WELLINGTON TISCHER

ARQUITETO E URBANISTA

DPA (10.55.04)

Matrícula: ###391#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 8,
ano: 2024, tipo: **F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**, data de emissão: 12/11/2024 e o código de
verificação: **b27cdd2283**